

Araújo MJS, Castro AK, Souza AFS, Silva EC, Lima JBO, Carvalho JAS, Pereira MS, Freitas MVC, Pereira RS, Pereira, SMF, Sousa SDC, Lustosa KKHMM, Ibiapina AF & Vilhena GHR. (2020). Quilombola representations of the Dandara group of the Sussuarana community of Piripiri, Piauí, Brazil. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-21, e515974376.

**Representatividades quilombolas do grupo Dandara da comunidade Sussuarana de
Piripiri, Piauí, Brasil**

**Quilombola representations of the Dandara group of the Sussuarana community of
Piripiri, Piauí, Brazil**

**Representaciones de Quilombola del grupo Dandara de la comunidad Sussuarana de
Piripiri, Piauí, Brasil**

Recebido: 09/05/2020 | Revisado: 12/05/2020 | Aceito: 15/05/2020 | Publicado: 24/05/2020

Mayra Janda da Silva Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8690-614X>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Email: mayrajanda.historia@gmail.com

Aline Karoline Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7032-8464>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Email: alinecaxtro@hotmail.com

Antonio Felipe da Silva Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2329-4104>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Email: felipe.piripiri@hotmail.com

Elaíne Caline da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5328-0219>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Email: elainecaline@gmail.com

Juliane Bomfim de Oliveira Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9540-4651>

Universidade Norte do Paraná, Brasil

Email: oliverju2018.as@gmail.com

Jussarina Adriana da Silva Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6218-8446>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Email: adrianacarvalho865@gmail.com

Marianne dos Santos Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2969-1891>

Cristo Faculdade do Piauí, Brasil

Email: marianne.dossantosp@gmail.com

Maura Vitória Carvalho Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6735-4602>

Faculdades Estácio de Teresina, Brasil

Email: mauravitoria@hotmail.com

Rodolfo de Sousa Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4489-1517>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Email: rodolfocharles1@hotmail.com

Sirlândia Maria Fontinele Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7412-4239>

Universidade Norte do Paraná, Brasil

Email: nandamaria05@gmail.com

Susana Diná Carvalho Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6451-7592>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Email: suh.carvalho31@gmail.com

Karithiane Karithiúce Haffizza Mill Medeiros Lustosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4011-6975>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Email: karithiane_haffizza88@hotmail.com

André Freitas Ibiapina

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5478-2859>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Email: andrearqueoo3@gmail.com

Gustavo Henrique Ramos de Vilhena

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8272-2239>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Email: gustavoramos.uespi@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa retrata a história da presença afrodescendente com ênfase às mulheres que representam o grupo Dandara na comunidade quilombola Sussuarana de Piripiri, Piauí, Brasil. Busca-se conhecer o tema através de um histórico sobre como surgiu o quilombo Sussuarana e a representatividade feminina do grupo Dandara com os desafios de assumir posições de liderança. A metodologia utilizada nesta pesquisa é o método narrativo consistindo em entrevistas com as representatividades do grupo, observações de campo e análises de documentos escritos, audiovisuais e bibliográficos. Foram feitos embasamentos teóricos relacionados ao gênero e à escravidão, com o intuito de entender como se deu a expressividade da mulher quilombola em uma sociedade patriarcal, em busca de autonomia, que será discutida em detrimento com suas lutas por melhores condições de trabalho, diante o racismo nos espaços sociais e o machismo no contexto rural.

Palavras-chaves: Feminismo negro; Gênero; Quilombolas; Trabalhadoras rurais.

Abstract

This research portrays the history of Afro-descendant presence with an emphasis on women who represent the Dandara group in the Sussuarana quilombola community of Piripiri, Piauí, Brazil. We seek to know the theme through a history of how the Sussuarana quilombo and the female representation of the Dandara group emerged with the challenges of assuming leadership positions. The methodology used in this research, is the narrative method consisting of interviews with the representativeness of the group, field observations and analysis of written, audiovisual and bibliographic documents. Theoretical foundations were made related to gender and slavery, in order to understand how the quilombola woman's expressiveness took place in a patriarchal society, in search of autonomy, which will be discussed to the detriment of her struggles for better working conditions, given the racism in social spaces and machismo in the rural context.

Keywords: Black feminism; Genre; Quilombolas; Rural workers.

Resúmen

Esta investigación retrata la historia de la presencia afrodescendiente con énfasis en las mujeres que representan al grupo Dandara en la comunidad quilombola Sussuarana de Piripiri, Piauí, Brasil. Buscamos conocer el tema a través de una historia de cómo surgió el

quilombo Sussuarana y la representación femenina del grupo Dandara con los desafíos de asumir posiciones de liderazgo. La metodología utilizada en esta investigación, es el método narrativo que consiste en entrevistas con la representatividad del grupo, observaciones de campo y análisis de documentos escritos, audiovisuales y bibliográficos. Se hicieron fundamentos teóricos relacionados con el género y la esclavitud, con el fin de comprender cómo la expresividad de la mujer quilombola tuvo lugar en una sociedad patriarcal, en busca de autonomía, que se discutirá en detrimento de sus luchas por mejores condiciones de trabajo, dada la racismo en espacios sociales y machismo en el contexto rural.

Palabras clave: Feminismo negro; Género; Quilombolas; Trabajadores rurales.

1. Introdução

Na presente pesquisa foi realizada uma análise sobre as lutas enfrentadas pelas mulheres quilombolas do grupo Dandara, pelo reconhecimento de seus direitos, por meio de sua convivência na comunidade quilombola Sussuarana da cidade de Piripiri, Piauí, Brasil, delimitando a partir do momento em que essas mulheres percebem que são “sujeitos” da história e veem suas dificuldades de forma que deve ser solucionada, dando surgimento ao seu movimento em 2014.

O interesse de relatar essa história surgiu a partir do presenciamento de uma apresentação do grupo Dandara por meio de sua dança, a qual se apresentam por diversas vezes em eventos culturais da cidade de Piripiri. Os autores deste estudo instigaram-se por relatar a história dessas mulheres, após conhecerem o contexto em que as demais integrantes do grupo conviviam e por meio da expressão de suas representantes percebeu-se o desafio de relatar suas experiências, o contexto machista e patriarcal que, de modo geral, é um dos maiores obstáculos que impede o desenvolvimento de uma sociedade.

Durante o processo de engajamento da mulher no espaço igualitário socioeconômico, a quilombola tem enfrentado problemas maiores, ocasionados pela discriminação à sua cor. Mulheres quilombolas necessitam de políticas públicas que possam levá-las ao acesso básico dos direitos humanos e as suas garantias. Deve envolver o empoderamento da mulher negra na construção de sua identidade e autoconhecimento, com intuito de desafiar os inúmeros obstáculos provocados pela discriminação racial. Faz se necessário incluir as lutas quilombolas no quadro de sociabilidades, abordadas a partir de um ponto de vista feminino, para construir uma história significativamente brasileira, ou não eurocêntrica, para mudar as estimativas apontadas por Pinto (2006, p. 19):

[...] a historiografia brasileira sobre a escravidão pouco ressaltou o papel histórico das relações de gênero. Ao contrário dos Estados Unidos e Caribe – áreas escravistas de destaques –, no Brasil são escassos os estudos que tratam especificamente da resistência da mulher escrava.

Na perspectiva da autora, a mulher desempenhava um papel de vital importância no processo de resistência. O território quilombola reflete a forma da comunidade se auto reconhecer em razão de suas diferentes condições ao meio social. Suas tradições estão em permanente construção em meio a diferentes conflitos, que vão desde a escravidão negra à resistência pela preservação e permanência em seu território (Pinto, 2006).

Direitos à demarcação de terras é uma das garantias de efeitos legais, após a aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal Brasileira de 1988. Tal artigo estabelece que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). No entanto, a regularização mediante a titulação das áreas ocupadas passa a ser um objetivo a ser realizado por todas as comunidades quilombolas com acesso a informação, presentes no território brasileiro.

Muitos dos antigos quilombos são denominados atualmente de comunidades rurais negras, por estarem incluídas no cenário das comunidades de povos tradicionais. Estas comunidades são avaliadas num processo de reconhecimento, onde considera-se aspectos antropológicos, históricos, étnicos e culturais (Rocha, Alves & Reis, 2015). Geralmente os territórios quilombolas foram criados em diferentes contextos: a partir de terras que foram adquiridas através da prestação de serviços, guerras, doações realizadas a partir da desanexação da lavoura de monoculturas assim como áreas ocupadas por negros que se rebelaram e fugiram da escravidão (Souza et al., 2016).

Após a aprovação do Decreto nº 3.551 de 2000, uma das bandeiras levantadas pelo Ministério da Cultura (MINC) durante a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, permitiu que todo um conjunto de bens culturais de perfil popular e de reconhecida presença afrodescendente, recebesse reconhecimento internacional (Brasil, 2000). Entre elas estão o samba de roda, o acarajé, o tambor de crioula, o samba e a capoeira. Segundo Chartier (1987, p. 67):

[...] o conceito de cultura [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida.

Nessa visão a cultura não pode ser classificada nem como superior ou inferior, independente da classe social, seus atuantes são os sujeitos, a partir das representações criadas de maneira individual e coletiva que darão sentido ao mundo no qual estão inseridos (Chartier, 1987).

O grupo da referente pesquisa tem como importante prática na construção identitária das afrodescendentes, a dança corporal, ao que perante a constituição junto ao interesse popular, poderia ser classificada como Patrimônio Cultural Local.

Na comunidade da referente pesquisa, observa-se que há a presença de quilombolas que não se auto reconhecem como tal, ao qual somará com os obstáculos de conseguir viabilizar o processo de demarcação de terras.

Outro fator que dificulta seu acesso a políticas beneficiadoras são os conflitos internos provocados pela falta de organização coletiva como quilombolas, os meios de manter relações igualitárias entre gêneros no contexto rural, em detrimento com a crença em “políticas” que promova melhor atuação destes nos espaços sócio-políticos.

Nos últimos anos a temática da população quilombola ganhou notoriedade, legitimidade e reconhecimento da sua importância histórica, especialmente pelo fato de representar focos de resistência cultural (Soares et al., 2020).

O trabalho foi realizado a partir de entrevistas realizadas no mês de julho de 2017 com representantes do grupo, observações de campo e análises de documentos escritos, audiovisuais e bibliográficos. Este estudo objetiva retratar a história da presença afrodescendente com ênfase às mulheres que representam o grupo Dandara na comunidade quilombola Sussuarana de Piripiri, Piauí, Brasil. Busca-se conhecer o tema através de um histórico sobre como surgiu o quilombo Sussuarana e a representatividade feminina do grupo Dandara com os desafios de assumir posições de liderança.

2. Processo de Escravidão no Piauí e Surgimento do Quilombo Sussuarana

No histórico do processo de escravidão no Piauí há o paradigma da não existência, pelo fato do estado se destacar na criação de gado solto no imenso e fértil pastoril, sem a existência do trabalho escravo, como afirma Porto (1974, p.89): “A abolição da escravatura não teve ressonância no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda”.

Entretanto, a historiografia sobre a escravidão negra no Piauí desmentiu essa tese e hoje é incontestável a presença do braço escravo em todas as atividades econômicas e sociais no Piauí, desde o início da colonização (Soares et al., 2020). Lima (2005) aponta uma visão contrária aquelas apresentadas por Porto:

[...] o cativo no Piauí foi tão violento quanto em qualquer lugar do país, e foi o principal mecanismo de controle e dominação dos escravos. Diante desse contexto, o escravizado sempre resistiu de alguma maneira a opressão que sofria. Houve vários tipos de resistência do escravo, individual ou coletivamente. As principais eram os furtos e roubos, a violência contra os senhores e capatazes e as fugas.

As fugas eram o processo mais comum de formação dos quilombos. Os escravizados juntavam-se em grupos e formavam pequenas comunidades no meio da mata. Algumas comunidades perduraram no tempo, outras eram esporádicas (Chaves & Silva, 2018).

Entretanto, na contemporaneidade, as pesquisas tornaram possível perceber, ainda no passado escravista, um processo específico de resistência cotidiana da população negra no campo, de forma predominante, quase exclusiva, concretizada numa ação coletiva como estratégia de reafirmação de identidade. Nesta ação coletiva, podem-se encontrar práticas intimamente associadas às experiências típicas e particulares das negras e negros vinculados às ancestralidades, baseadas nas tradições e de enfrentamento da ordem vigente (Lima, 2015, p.239).

De acordo com Lima (2015), houve vários processos de formação dos quilombos no Piauí, ligados ou não ao período escravista. Muitas comunidades resistiram ao longo do tempo próximas às fazendas em que trabalhavam, outras surgiram do processo de fugas, das doações ou compra de um pedaço de terra. Além disso, dependia do tipo de relação que os escravos ou libertos tinham dentro do mundo escravista. Como afirma Sousa (2012, p.8) a respeito de suas primeiras reflexões do trabalho escravo nas fazendas:

A pecuária piauiense se estabeleceu no contexto do escravismo brasileiro, traços bastante originais. Os escravos e o gado representavam todo o capital investido na empresa de criação, e cada unidade, a fazenda, detinha uma média não superior a 02 (dois) escravos. Ficando claro nessas condições, que a força de trabalho escrava não poderia ter o mesmo caráter das grandes empresas do café e do açúcar: nelas a especialização do trabalho era bem maior, enquanto que no sistema de criação piauiense, vai-se encontrar escravos se ocupando de todas as tarefas, desde vaqueiro e fabrica (ajudante do vaqueiro) conciliando tudo isso, eventualmente, com o trabalho agrícola. O relacionamento entre senhor e escravo era direto, não existindo, via de regra, a figura do feitor ou capataz.

Quando a autora afirma que a relação entre senhor e escravo era direta, percebe-se que estas relações se estreitavam em um período onde o colonialismo já havia se instaurado a décadas e se encontrava em meio a um processo transitório no qual alguns escravos chegariam ao nível de “agregados” (Sousa, 2012).

Na concepção de alguns autores da historiografia piauiense do séc. XX para o XXI, os agregados ganhavam outras funções que, a partir do seu desempenho, conquistaria sua carta de alforria. Segundo Lima (2005, p. 104), “práticas senhoriais de castigos e violências simbólicas buscavam a manutenção da estabilidade dessas relações escravistas”.

Através da perspectiva de como se formavam os quilombos no Piauí, conta-se a proximidade do surgimento da comunidade da referente pesquisa, através da história do escravo Jorge, narrada pelos seus bisnetos Francisco José Soares e Antônio Jorge da Cunha (Soares & Cunha 2017), através de depoimentos:

Jorge foi um escravo que conquistou sua liberdade com muita humildade e esforço próprio, seu proprietário possuía grandes extensões de terras que se estendia por muito longe. Possuía fazendas nas localidades Gameleira, fazenda Residência, Lagoa do Barro, atualmente assentamento Residência, Três Lagoas até Sertão de Dentro etc.

Sob esta perspectiva de seu trabalho sobre o resgate histórico do povo que deu origem a comunidade Sussuarana, compreende-se que Jorge Pereira da Cunha era considerado um trabalhador de confiança do seu senhor Capitão José Joaquim. Pois algumas de suas responsabilidades era levar Tomaz Rebello, filho do capitão, à escola assim como era encarregado de percorrer distantes regiões para levar e trazer encomendas à fazenda. Considerado patriarca da comunidade quilombola, vivia na fazenda

Residência, no atual Assentamento Residência que está localizada próxima do quilombo ao qual deu origem.

A memória da ancestralidade de um povo define sua árvore genealógica e retrata o sentimento de pertencimento. Sujeitos da história merecem uma atenção valorizada pelos rumos de desestruturação de sua cultura, principalmente a religiosidade que é consequente desse acontecimento histórico em alguns territórios quilombolas. A comunidade analisada na pesquisa tem esse fator ligado ao seu surgimento, pois mantém o vínculo de uma promessa familiar que caracteriza um forte sentimentalismo de respeito com seus ancestrais.

A busca por estudar as práticas, principalmente cotidianas, em diferentes campos culturais, tem marcado a produção historiográfica, definindo a ideia de “práticas” como “um dos paradigmas da [Nova História Cultural]: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica (Burke, 2005, p. 78).

Partindo do conceito de Burke (1992) sobre habitus, a pesquisa torna-se instigante ao relatar sobre os costumes que levaram o surgimento da comunidade Sussuarana, referente aos costumes que os levaram à adotar sua cultura.

A influência do catolicismo na comunidade inicia com o interesse dos padres de mudar a data das celebrações feitas pela família de Jorge. Sob relato de dona Francisca Maria de Jesus, neta de Jorge, o escravizado teve uma enfermidade que o levou a fazer uma promessa, que seus familiares deram continuidade após sua morte, relata;

Através do meu avô, que se chamava Jorge, se criou naquele homem (Joaquim) na Residência. Ele levava o filho daquele homem pra escola, o Tomaz Rebello pra escola. Daí pra cá, ele teve doente e fez umas promessas com Nossa Senhora, que dela, eu nem tinham visto falar o nome dessa santa que só tinha no Rio de Janeiro. Aí, depois dos padres, é que trouxeram essa que se chama Nossa Senhora de Fátima. Dessas promessas aí, rezava no mês de maio, que ele morreu e pediu pro meu pai que ele fizesse aquelas novenas.

A primeira igreja na zona rural de Piripiri (PI) tem suas novenas conduzidas pelos padres que deram suas primeiras celebrações nas casas dos familiares de Jorge, durante o surgimento da comunidade Sussuarana, como relata a neta do fundador da comunidade:

Tiveram a missa na casa do meu pai. Depois daí, é que teve na capela. Depois das missas nas casas da comunidade, os padres construíram a capela da Sussuarana. Pra fazer a capela, aquele Padre Freitas juntava gente depois da missa, e ia lá na lagoa. Com aquele monte de gente trazendo as pedras na cabeça, com aquela fila de gente, trazendo aquelas pedras pra fazer os baldrames...

Com o nome de Nossa Senhora de Fátima, no decorrer dos tempos, as novenas na capela (Figura 1) se caracterizam como festejo local, com celebrações durante o mês de dezembro. A comunidade passou por grandes desafios antes de terem suas terras demarcadas. Até a data de entrega da sua certificação em 21 de julho de 2017, além da comunidade Sussuarana, há duas comunidades que possuem documentação de auto reconhecimento quilombola na cidade de Piripiri (PI): Vaquejador e Marinheiro.

Figura 1 - Capela Nossa Senhora de Fátima localizada na comunidade Quilombola Sussuarana, Piripiri, Piauí, Brasil. Piripiri, 2017.



Fonte: Arquivo próprio dos autores, 2020.

O Decreto presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação, que dão oportunidade aos quilombolas com acesso a informação, a oportunidade de se auto reconhecerem e buscarem seus direitos. Dentre as garantias quilombolas, além da posse da terra, há também o acesso a serviços de saúde, educação e saneamento (Brasil, 2003).

No Piauí, segundo atuantes do Grupo Afro Coisa de Nêgo, há mais de 200 comunidades mapeadas já identificadas como quilombolas até o ano de 2018. No entanto, os dados oficiais fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) atualizados até esta data, constam apenas o número total de 5 comunidades certificadas e 62 territórios quilombolas com processos abertos, mas não certificadas (Gomes, 2007).

A comunidade Sussuarana, após ser certificada através do Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, promoveu um evento pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Piripiri no dia 28 do mês de julho de 2017, com celebração em sua capela Nossa Senhora de Fátima, com uma missa simbólica, cuja religiosidade foi aderida conforme o processo de aculturação, resultado de um longo processo conduzido pelos jesuítas no período colonial. Após sua celebração, conduziram-se para um clube da comunidade, onde seria a solenidade comemorativa de sua conquista.

A solenidade também teve participação de seus representantes que falaram sobre sua história e atuação das mulheres que anteriormente não se apresentavam em espaços políticos sociais. O grupo Dandara, teve sua participação por meio da dança que passa a estar presente em comemorações que representa sua comunidade, desde o seu surgimento.

Moradores afirmam que a comunidade Sussuarana até 2017 possuía mais de 80 famílias. Anteriormente, os remanescentes conviveram com grandes dificuldades de acesso a informação de seus direitos. O poder judiciário teve uma enorme falha ao revogar leis para ressarcir os negros quilombolas da discriminação sofrida, como a titularidade de terras, pois a lei garante, mas, a informação conta com políticas públicas para que a comunidade tenha acesso a respeito de como alcançar esses objetivos. Quando essas políticas vierem à tona, haverá de fato discussões inclusivas na comunidade, incentivando a participação de todos nos demais espaços sociais.

3. Representatividades Femininas do Grupo Dandara

As mulheres tiveram grande relevância com sua participação nos processos de luta por demarcação de terra quilombola, porém, a tempos passam despercebidas nos registros que traçaram um pouco da história dos remanescentes. Aborda-se no presente trabalho, registros sobre a presença da mulher no quilombo atuando com verdadeira representatividade.

O grupo Dandara da comunidade Sussuarana é composto por 30 mulheres quilombolas que se reúnem para articular, de acordo com projetos voltados a comunidade, a sua valorização, a sua identidade quilombola que conseqüentemente incentiva sua cultura construída por meio deste espaço.

Sob liderança de Irismar Soares, o grupo teve sua formação em 2014 com finalidade de levar recursos para a comunidade. Ela conta que o movimento teve iniciativa a partir do incentivo do Crédito (Programa) Fomento Mulheres, relata:

Eles passaram a observar que na zona rural, a mulher é quem faz tudo. Aí vinham me procurar, perguntando se tinham como eu arranjar 20 mulheres. – Consigo. –Mas, assim é pra amanhã. -Eu pensei meu Deus, pra amanhã logo! Então, pois tá bom, pode vim que vai ter. Aí, conversei com as mulheres. -Nós vamos! É um projeto que está vindo e tá precisando das mulheres! Algumas queriam mandar os maridos. Aí expliquei que não, o projeto só vem se for pra mulheres. –Então, nós estamos dentro. Aí umas diziam assim ...-ah, ainda vou falar com o meu marido, não sei se ele vai querer. – Não! Então vocês que sabem. Aí a gente começou a se organizar, mas para algumas tinham primeiro os maridos. –Rapaz, então tá bom, vocês vão lá falar com os maridos, depois vocês vem. Aí quando chegaram aqui, a técnica de lá foi explicando tudinho como é, e aí aceitaram. Elas compreenderam, - ah... dá pra gente!

O Crédito Fomento Mulheres trata-se de um financiamento disponibilizado pelo Incra aos beneficiários da reforma agrária. O objetivo é potencializar a produção das trabalhadoras rurais, contribuindo para que as mulheres do campo tenham mais autonomia (D'ávila, 2016).

Observa-se que o principal obstáculo ao formarem o grupo foi o machismo. A líder conta que, “tem políticas públicas, e as mulheres por serem negras, elas ficam um pouco mais distantes, mais difícil, mais inviável”. Ou seja, além da imposição à condição determinada de mulher conseqüente do patriarcalismo, notou-se também a falta de engajamento das negras em programas, pela dificuldade do surgimento de chamadas públicas voltadas ao contexto racial.

O nome dado ao grupo homenageia uma guerreira quilombola. A líder menciona que passou a procurar mulheres que se identificassem com a resistência que a negra Dandara enfrentava para integrar ao grupo.

Dandara teve participação organizacional no quilombo mais duradouro no Brasil. Dominava técnicas da capoeira e teria lutado ao lado de homens e mulheres nos ataques constantes à Palmares, estabelecido no século XVII na Serra da Barriga, cujo acesso era dificultado pela geografia e também pela vegetação densa. Cônjuge de Zumbi dos

Palmares, não se sabe se Dandara nasceu no Brasil ou no continente africano, mas teria se juntado ainda menina ao grupo de negros rebeldes que desafiaram o sistema colonial escravista por quase um século (Rocha & Rocha, 2019).

Na comunidade Sussuarana, os desafios de atuar mediante a divisão de trabalho conforme o gênero, a mulher passava constrangimento perante críticas que minimizava sua condição de trabalhadora rural, ao questionarem sua vaidade, aspecto da pele e fisionomia. Entretanto, quando passa a frequentar reuniões do grupo, ela já não se sente mais desconfortável com críticas relacionadas ao trabalho que optou, superando tais reações de natureza sexista, relata Maria Hosana Pereira, trabalhadora rural, integrante do grupo Dandara a respeito do seu trabalho:

Eu já vi algumas companheiras dizendo assim, -Ah... roça é pra homem. Eu sempre trabalhei na roça desde pequena. Eu ia pra roça muito cedo. Quando eu passava, os homens me viam e diziam: -Ah... já tá aqui! Outros diziam assim: -O que essa criatura faz aqui uma hora dessas? Eu dizia até assim pra mãe: -eu quero uma roça bem longe que é pra ninguém me ver. Muitas diziam assim, -ah eu mesmo não vou trabalhar, pra mim ficar com meu marido, que eles dão as coisas. E se eu chegar, a sorte de eu chegar lá na idade de eu me aposentar, que eu digo que eu não chegue, nisso aí eu posso até não passar, mas disso aí tudinho eu sei. Tudo eu sei um pouquinho porque isso, eu aprendi com minha mãe, né! E não tenho vontade de trabalhar fora daqui. Eu sempre gostei.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi o primeiro programa levado para a comunidade com o surgimento do grupo. Trata-se de um programa criado pela então presidenta Dilma, aprovado pelo Congresso Nacional e transformado na Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011 (Castioni, 2013). Através deste programa foi ofertado o curso de Fruticultura. “Veio também para complementar mais, pra ajudar elas como lidar com seu plantio, com seu pomar, para não haver mais perdas”, afirmou a líder. Os projetos desenvolvidos pelo grupo eram elaborados de acordo com a necessidade da comunidade, e deveria ser executado pelas mulheres. No âmbito da agricultura familiar, sob direção técnica dos profissionais, as mulheres passariam a melhorar sua produtividade, evitando perdas futuras e implementando seu conhecimento em sua experiência no campo.

A articulação do movimento teve iniciativa a partir de uma perspectiva feminina que busca modificar o comportamento de natureza sexista da comunidade tornando suas integrantes conscientes dessas ações. Além da agricultura, o grupo busca representar suas

atividades por meio da dança e concretizar seus projetos voltados para o artesanato (costura, crochê) e eventualidades de lazer.

A representante explica que o impulsionamento dessas iniciativas traria à essas mulheres a liberdade de se articularem, enquanto trabalham. “O espaço é também um lugar em que elas se sentem à vontade, fora do trabalho rotineiro, que é o trabalho de casa”. As mulheres, quando tem oportunidade, também trabalham o manejo da mandioca na casa de farinha, mostrada na Figura 2, localizada ao centro da comunidade.

Figura 2 - Casa de Farinha, onde as mulheres trabalham a mandioca na comunidade quilombola Sussuarana. Piripiri, 2017.



Fonte: Arquivo próprio dos autores (2020).

Em relação a educação na comunidade, que também é uma das garantias prioritárias quilombolas, na comunidade Sussuarana há uma escola chamada Leonardo Pereira da Cunha que oferta o ensino fundamental para os moradores. Ao concluir o ensino fundamental, para dar continuidade ao percurso básico escolar, há a necessidade dos estudantes mudarem para escolas na zona urbana, o qual requer uma mudança na sua estrutura de convivência. Tais mudanças vão desde a distância percorrida pelos estudantes, no qual reflete no seu preparo pois acordam bem antes que os demais que já estudam na cidade, para pegar o ônibus escolar, aos imprevistos que os fazem perder aulas, causados pela falta de manutenção para o funcionamento e pontualidade dos transportes.

Ao ser executada a política nacional, com a instituição do Comitê Gestor pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, à suas

especificidades relacionadas a área quilombola, tem como proposta trazer a educação como um dos eixos básicos de ação, assim como a regularização fundiária, infraestrutura de serviço e, desenvolvimento econômico e social. Vale ressaltar, contudo, que as escolas localizadas nas áreas quilombolas nem sempre são contempladas pelos citados programas. Em Sussuarana, tem apenas o ensino fundamental menor.

As meninas da comunidade criaram através da dança o grupo “Dança das Dandaras”, estas iniciaram seus ensaios na capela, durante as reuniões do grupo, posteriormente passaram a ensaiar em um clube, ambos localizados no centro da comunidade. A música tocada durante os ensaios e apresentações do grupo é "Ilê Pérola Negra (O Canto do Negro)", uma canção gravada pela artista musical brasileira Daniela Mercury que tem como simbologia a figura de seus ancestrais. Dentre suas apresentações, as mulheres se fizeram presentes no dia da solenidade ao recebimento da certificação de auto reconhecimento quilombola em sua comunidade, com a sua atuação, como mostra a Figura 3.

Figura 3 - Dança das Dandaras na comunidade Sussuarana. Piripiri, 2017.



Fonte: Arquivo próprio dos autores, 2020.

Atuar em espaços igualitários é uma luta constantemente disputada pela massa discriminada e as garantias dos remanescentes estão sendo constantemente modificadas. Constata-se que há uma necessidade de apoio ao desenvolvimento de projetos das negras quilombolas, por atuarem mediante um contexto racista e sexista.

A garantia da demarcação de terras se configura no reconhecimento que representa a história de seu povoado e seus moradores. A importância de estarem informatizados

sobre seus direitos, tem tanto sentido quanto qualquer cidadão tem de exercer seu direito a sua dignidade humana. Deve ser uma conquista em prol de sua comunidade, especialmente, identificar as garantias quilombolas perante a constituição, com o advento da certificação. Na comunidade Sussuarana, existe uma carência de sensibilização dos moradores que se torna um dos principais fatores que impossibilitam seu crescimento. Sob relato de colaboradoras, para que um avanço aconteça, precisam de acesso a políticas que viabilizem um impulsionamento destes em busca de seus direitos.

Para Caldart (2009), a educação rural vem da perspectiva urbana. Em geral, essa educação não lhes permite valorizar seu território. A representatividade feminina demonstra se fazer presente mostrando seu potencial, mas se ensinadas a obedecerem desde cedo as condições determinadas pelo patriarcalismo, acarretará uma estagnação na busca da liberdade da expressão feminina. A falta de visibilidade é outro fator que reduz a possibilidade de questionar os motivos de uma mudança.

Apesar das dificuldades de conseguirem atuar em seus espaços, a líder do grupo Dandara aponta melhores resultados com o desenvolver de atividades feita pelo grupo no decorrer do tempo:

O serviço delas era só o trabalho doméstico. O homem podia sair a vontade e ela ficava em casa com os filhos. A partir daí elas começam a ter autonomia de igualdade. Se tem o direito de ir a uma festa, também tenho, se ela tem o dever de cuidar de um filho, ele também tem que ter, aí começou dessa forma. Tem uns que ainda são contrariados, mas tem outros que apoiam. No início teve algumas mulheres que os maridos humilhavam elas por causa do grupo, que era perca de tempo, que isso era coisa de gente que não tinha nada o que fazer em casa e, de certo tempo, quando eles começaram a ver as coisas acontecerem, aí eles começaram a acreditar e alguns maridos começaram a apoiar as suas esposas. Melhorou muito na questão familiar também para algumas.

Entre eventualidades, as dandaras se envolvem em novas experiências junto a comunidades indígenas e ciganas de Piripiri (PI), adquirindo conhecimentos em torno de sua ancestralidade, ao mesmo tempo que participam ativamente representando sua comunidade. As liberdades dessas mulheres se afirmam quando as mesmas representam a cultura de sua comunidade, por meio de sua atuação.

Apesar de avanços, a comunidade ainda é dividida entre os que estão cientes que as mulheres buscam melhorias através de sua expressão em seus espaços e, os que não percebem o quão importante é o conforto das liberdades femininas. Este é um entrave na

escolha de decisões que prejudicam o engajamento das mulheres em espaços igualitários que, contudo, ainda resistem.

Desconfortáveis por não conseguir mudar algumas situações de imediato através da luta, se faz necessária a atuação do Estado para levar políticas públicas que deveria posicioná-las para obter melhores resultados. Enquanto não há essa acessibilidade por melhorias, ficam limitadas ao que foram ensinadas desde sua infância, em detrimento com os padrões patriarcais, estagnando a inacabável luta pelo fim da discriminação racial, desafios da negritude e o machismo atuante.

4. Conclusão

Sob a presente análise das Representatividades quilombolas do grupo Dandara da comunidade Sussuarana de Piripiri- PI, procura-se compreender as dificuldades de acesso aos espaços de construção de seus direitos e cidadania.

A análise das lutas enfrentadas pela mulher quilombola, mediante seu trabalho rural e dificuldades de acesso a melhorias sociais e políticas na comunidade, pautam-se diante o contexto sexista dentro da comunidade, racista fora dela e crenças em chamadas públicas no contexto geral. Dentre os fatores apontados pelos autores: contexto rural, racial e de gênero, este último foi observado como o que mais teve influência nas dificuldades vividas pelas mulheres quilombolas na criação do grupo de movimento.

Na busca por seus direitos o movimento de mulheres quilombolas, antes do surgimento do grupo, se retraem pelo fato de não ser comum chamada pública para mulheres negras. Ao que nos permite perceber nitidamente, em seu depoimento, a discriminação a sua cor.

Assim como a guerreira que tem como homenagem o nome do grupo, suas integrantes atuam como verdadeiras dandaras quilombolas, quando conquistam novos olhares sob comando de uma verdadeira representatividade de mulher negra que assume posições estratégicas de liderança no espaço construído por meio de suas conquistas na comunidade.

As mulheres desse movimento se destacam pelo enfrentamento de julgamentos a respeito da sua capacidade profissional e como se empoderam diante a discriminação a respeito da sua condição feminina. Seu engajamento em espaços sociais, comparado ao seu cotidiano antes do surgimento do grupo, se torna ativo a partir do momento em que interagem entre si, buscando conhecimentos dentro das reuniões do mesmo. Suas

representatividades buscam melhorias através da elaboração de projetos, ao observar como se encontra a situação da comunidade, em relação aos seus direitos.

Percebe-se que as mulheres não são completamente capazes de justificar suas ações como escolha própria pelo fato de não haver um impulsionamento de políticas públicas que as ajudem a enfrentarem o preconceito naturalizado pela sociedade de caráter androcêntrico. O empoderamento da mulher negra na construção de sua identidade e auto reconhecimento se faz necessário para elas avançarem os inúmeros obstáculos provocados pela discriminação racial. Ou seja, as mulheres enquanto quilombolas devem merecer olhares reforçados para um combate anti racista e sexista para motivar novos conhecimentos no contexto em que vivem.

Vale ressaltar que, para suas representatividades se manterem atualizadas de seus direitos, deve haver um envolvimento governamental facilitador para impulsionar sua atuação nos movimentos sociais. Pois é notável o interesse das mulheres em buscar sua própria autonomia.

As dificuldades se instalam quando as mulheres têm seus espaços delimitados. Para assumirem novos pontos de vistas, não estando totalmente envolvidas se houver posicionamentos impostos a sua vontade. As chamadas públicas trariam conhecimentos que às estimulassem novos vínculos interpessoais fora do trabalho doméstico dentro da comunidade e desenvolveriam novos interesses e posturas diante de atitudes opressoras em torno de sua vida como mulher negra. O exemplo de vida dessas representatividades envolvidas nessa pesquisa nos permitiu revelar o protagonismo das mulheres na história da luta por equidade no Piauí. A persistência dessas mulheres oportunizará aos mais jovens, exemplos à serem seguidos em sua comunidade, pois em épocas precárias, enfrentaram as estruturas no contexto rural, sexista, racista e assumiram a luta com determinação.

Referências

Brasil. (2005). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Brasília, DF: Senado Federal.

Brasil. (2000). *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o*

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Recuperado de: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/cultura/decreto3551.htm>.

Brasil. (2003). *Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 21 de novembro de 2003.

Burke, P. (1992). *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp.

Burke P. (2005). *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Caldart, RS. (2009). Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64.

Castioni, R. (2013). Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. *Revista Sociais e Humanas*, 26(1), 25-42.

Chaves, L & Silva, E. (2018). Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. *Novos Cadernos NAEA*, 20(3), 147-160.

Chartier R. (1987). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

D'ávila, LDG. (2016). *Crédito Fomento Mulher: redefinindo a participação da mulher no processo produtivo familiar: um estudo de caso nos projetos de assentamento Mata Verde e Timbó*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

Gomes, ABS. (2007). *A pedagogia do movimento negro em instituições de ensino em Teresina, Piauí: as experiências do NEAB Ifaradá e do Centro Afrocultural Coisa de Nêgo*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Lima, SO. (2005). *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da Nação – 1822-1871*. Passo Fundo: UPF.

Pinto, BCM. (2012). História, memória e poder feminino em povoados amazônicos. In *Anais do Encontro de História Oral*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Porto, C. E. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova.

Rabelo, M. (2005). Religião e a Transformação da Experiência: notas sobre o estudo das práticas terapêuticas nos espaços religiosos. *Ilha Revista de Antropologia*, 7(1,2), 125-145.

Rocha, K. C. E. & Rocha, E. C. A. (2019). A literatura e a representação feminina em Dandara, a heroína negra de palmares. *Ipotesi*, 23(1), 43-54.

Rocha, T. M. R., Alves, A. E. S. & Reis, L. A. (2015). Quilombo: o processo de formação da comunidade rural São Joaquim de Paulo no município de Vitória da Conquista/BA. *InterSciencePlace*, 10(4), 107-126.

Soares, L., Oliveira, E., Nunes, Z., Nascimento, M., Verde, R., & Lima, E. (2020). Aspectos socioeconômicos e de condições de saúde em populações quilombolas no estado do Piauí, Brasil. *Research, Society and Development*, 9(2), e73922091.

Sousa, T.M. L. (2012). *Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Souza, ATS, Rodrigues, AK, Santana, CMN, Gomes, GM, Amaral, LRS & Pereira, SAP. (2016). Promoção de saúde com crianças da comunidade quilombola Custaneira/Tronco em Paquetá-PI. *Rev Interdisciplinar*, 9(2), 198-205.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Mayra Janda da Silva Araújo – 25%

Aline Karoline Castro – 5%

Antonio Felipe da Silva Souza – 5%

Elaine Caline da Silva – 10%

Juliane Bomfim de Oliveira Lima – 5%

Jussarina Adriana da Silva Carvalho – 5%

Marianne dos Santos Pereira – 5%

Maura Vitória Carvalho Freitas – 5%

Rodolfo de Sousa Pereira – 5%

Sirlândia Maria Fontinele Pereira – 5%

Susana Diná Carvalho Sousa – 5%

Karithiane Karithiúce Haffizza Mill Medeiros Lustosa – 10%

André Freitas Ibiapina – 5%

Gustavo Henrique Ramos de Vilhena – 5%